

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Despacho n.º 14995/2010

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho, em conjugação com os n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 1421/2006, de 21 de Dezembro, e tendo em consideração os resultados da monitorização microbiológica, a Presidente do Conselho Directivo do INRB, I. P., prorroga a classificação da zona de produção de moluscos bivalves vivos da Lagoa de Óbidos (LOB) como classe B durante o mês de Outubro de 2010.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2010.

23 de Setembro de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, Rosa Sá.

203730839

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

Despacho n.º 14996/2010

A licenciada Maria Ermelinda Lima Viseu de Carvalho, técnica superior do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P. (IVDP), completou três anos de exercício de funções, em comissão de serviço, no cargo de Coordenadora do Serviço de Controlo Administrativo do Douro.

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e considerando a análise circunstanciada do desempenho da dirigente e os resultados por si obtidos, determino, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, a renovação da comissão de serviço, por três anos, com efeitos a partir de 01/10/2010, da licenciada Maria Ermelinda Lima Viseu de Carvalho no cargo de Coordenadora do Serviço de Controlo Administrativo do Douro, unidade orgânica de 2.º grau que se encontra prevista nos estatutos do IVDP criados pela Portaria n.º 219-I/2007, de 28 de Fevereiro.

Data: 23 de Setembro de 2010. — Nome: Luciano Vilhena Pereira, Cargo: presidente.

203733082

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14997/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, o licenciado José Manuel de Matos Passos das funções de adjunto do meu Gabinete, para que tinha sido nomeado pelo despacho n.º 24 957/2009, de 4 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 13 de Novembro de 2009.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 3 de Setembro de 2010.

23 de Setembro de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Augusto da Ascensão Mendonça.

203730458

Despacho n.º 14998/2010

O Decreto Regulamentar n.º 59/2007, de 27 de Abril, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), criou o actual Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI), estabelecendo, no seu artigo 3.º, que o GPERI é dirigido por um director, coadjuvado por dois subdirectores, sendo um deles responsável pela área das relações internacionais.

Tendo em consideração que os mandatos das actuais subdirectorias do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI) já cessaram, torna-se necessário proceder à nomeação de novos titulares para o exercício dessas funções, ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar n.º 59/2007, de 27 de Abril, que aprovou a orgânica do GPERI, em conjugação com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, que estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conju-

gado com o disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 59/2007, de 27 de Abril, determina-se:

1 — Proceder à nomeação, pelo prazo de três anos, de:

a) Leopoldo Manuel Cunha Vaz, para exercer as funções de subdirector do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, que fica responsável pela área das relações internacionais;

b) Maria Margarida Gomes Roxo, para exercer as funções de subdirectora do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.

2 — A idoneidade, a experiência e as competências profissionais dos titulares dos cargos de direcção superiores nomeados através do presente despacho são patentes nas notas curriculares constantes dos anexos I e II, respectivamente.

3 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir do dia 6 de Setembro de 2010.

23 de Setembro de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Augusto da Ascensão Mendonça.

ANEXO I

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Leopoldo Manuel Cunha Vaz
Data de nascimento — 21 de Novembro de 1947
Naturalidade — Lisboa

2 — Habilitações:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1972

Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa. Tese “O Ordenamento do Território e as Redes Transeuropeias”, em 1994.

Curso de pós-graduação em “Técnicas de Análise e Estatística Multivariada” — CESUR (Universidade de Coimbra)

Bolseiro do Programa “Erasmus” e colaborador no estudo “An Investigation of Environmental and Economic Linkages within the City of Liverpool”, elaborado no Department of Civic Design da Universidade de Liverpool, Reino Unido.

3 — Actividade profissional:

2009 — Pelo Despacho n.º 4601/2009 nomeado para exercer, em regime de substituição, o cargo de Director de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

2007/2008 — Coordenador da área dos assuntos europeus no Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

1999/2007 — Assessor Principal no Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas (GAERE) do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

1996/2005 — Em simultâneo, foi Assistente responsável pelas cadeiras de Economia Urbana da Licenciatura de Urbanismo, na Universidade Lusófona

1987/1999 — Técnico Superior do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território — Ministério do Planeamento e Administração do Território

1977/2003 — Em simultâneo perito avaliador, designadamente para arrendamentos comerciais, junto de vários Juízos do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa.

1973/1987 — Técnico Superior nas Direcções-Gerais dos Serviços de Urbanização, do Planeamento Urbanístico e do Ordenamento do Território

1970/1974 — Professor do 6.º e 7.º grupos do Ensino Técnico Profissional na Escola Comercial Veiga Beirão

4 — Participação em Conferências — Participação em diversos seminários, congressos e conferências com apresentação de comunicações, nomeadamente nas áreas de transportes, assuntos europeus, cooperação com o mediterrâneo, ambiente e ordenamento do território, desenvolvimento regional e local, urbanismo.

5 — Trabalhos Realizados — Autor e co-autor de diversos trabalhos e comunicações publicados em Portugal e no estrangeiro, designadamente nas áreas de transportes, integração europeia, cooperação transfronteiriça e redes transeuropeias, reabilitação urbana, urbanismo, planeamento regional e desenvolvimento sustentável.

6 — Organizações Profissionais — Membro ordinário da Sociedade Portuguesa de Urbanistas e sócio fundador da Associação Ofícios do Património e da Reabilitação Urbana

ANEXO II

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome completo: Maria Margarida Gomes Roxo
Data de nascimento — 14 de Junho de 1953
Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações:

Licenciatura em Engenharia Química, pelo Instituto Superior Técnico, concluída em Julho de 1978, com média de 15 valores.

Diploma do FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, Instituto Nacional de Administração, classificação final de 16,2 valores

3 — Actividade profissional:

a) Carreira técnica e dirigente:

Entre 1974 e 1980 — Técnica auxiliar de programação no Instituto de Acção Social Escolar do Ministério da Educação

Entre 1980 e 1981 — Técnica superior na Divisão de Estatística da Secretaria-Geral do Ministério da Educação

Entre 1981 e 1994 — Técnica superior na Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT)

Entre 25 de Novembro de 1994 e 14 de Julho de 2007 — Comissão de serviço como Chefe de Divisão de Transportes Especiais da Direcção de Serviços de Transportes Rodoviários de Mercadorias (DGTT).

Desde 15 de Julho de 2007 — Comissão de Serviço como Subdirectora do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (GPERI) do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC).

b) Experiência profissional na DGTT:

Coordenação dos trabalhos de actualização periódica da legislação nacional relativa ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas e de produtos alimentares perecíveis, sua divulgação e implementação prática;

Coordenação da intervenção da DGTT como autoridade nacional competente em matéria de transporte de mercadorias perigosas e de produtos alimentares perecíveis;

Representação externa da DGTT em grupos de trabalho e comissões técnicas com incidência na regulamentação dos transportes especiais de mercadorias e também nos diversos aspectos da sustentabilidade ambiental dos transportes, designadamente do modo rodoviário;

Representação de Portugal em instâncias internacionais especializadas nos domínios do transporte de mercadorias perigosas, do transporte de produtos alimentares perecíveis e dos transportes e ambiente, no âmbito das Nações Unidas, da Comissão Económica para a Europa (CEE/ONU), da União Europeia (Comissão e Conselho) e da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes (CEMT).

c) Missão como dirigente superior de 2.º grau no GPERI:

1 — Coadjuvar o dirigente máximo do serviço nas matérias relativas às seguintes atribuições:

a) Apoio técnico ao MOPTC na avaliação de estratégias e na definição de políticas de transporte, em especial nas que possuam particular incidência no domínio ambiental;

b) Elaboração e apresentação de quadros de indicadores estratégicos que indexem e objectivem os resultados pretendidos com as políticas ministeriais, bem como informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do MOPTC;

c) Desenvolvimento, coordenação e controlo da aplicação do sistema de avaliação de serviços no âmbito do Ministério, designadamente no que se refere aos Quadros de Avaliação e Responsabilidade e às consequentes apreciações de mérito;

d) Acompanhamento, na vertente ambiental, das actividades prosseguidas no âmbito do MOPTC, designadamente no que respeita ao Programa Nacional de Alterações Climáticas (PNAC);

e) Coordenação da actividade do MOPTC relacionada com as políticas ambientais, garantindo, nesse domínio, a coerência das intervenções do MOPTC em instâncias nacionais e internacionais.

2 — Representar o MOPTC em estruturas de carácter interministerial:

a) Desde Setembro de 2007 — Membro efectivo do Conselho Superior de Estatística (CSE), presidido por Sua Ex.ª o Ministro da Presidência;

b) Desde Setembro de 2007 — Membro do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CAC);

c) Desde 2008 — Membro da Comissão de Coordenação Interministerial para a Biodiversidade, presidida por Sua Ex.ª o Secretário de Estado do Ambiente;

d) Desde Abril de 2008 — Membro do Conselho Coordenador das Avaliações de Serviços (CCAS/MFAP), presidido por Sua Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública;

e) Desde Outubro de 2008 — Membro da Comissão para a Promoção das Políticas de Família (CPPF), presidida por Sua Ex.ª a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação;

f) Desde Maio de 2009 — Membro da Comissão Nacional da Rede Ecológica Nacional (CNREN), presidida pelo Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

203730466

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 14999/2010

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atenta a resolução do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., de 28 de Julho de 2010, que aprovou as plantas parcelares e os mapas de expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da obra do IC 17/CRIL — Lanço Pontinha-Olival Basto — instalação de área de serviço, tendo agora o seu início previsto no prazo de seis meses, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, n.º 3314/2010 (2.ª série), de 11 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2010, ao abrigo do artigo 8.º do regime jurídico da concessão de áreas de serviço a instalar nos itinerários principais e complementares, aprovado pela Decreto-Lei n.º 173/93, de 11 de Maio, atendendo ao interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projectada, a utilidade pública com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra do IC 17/CRIL — Lanço Pontinha-Olival Basto — instalação de área de serviço, identificados no mapa de expropriações e na planta parcelar em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, e dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respectivos titulares.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP — Estradas de Portugal, S. A.

24 de Setembro de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

IC 17/CRIL — Lanço Pontinha-Olival Basto — Instalação de área de serviço

N.º da parcela	Nome e morada dos proprietários	Identificação do prédio			Áreas
		Matriz/Freguesia		Descrição predial	
		Rústica	Urbana		
1.1, 1.2 e 1.3	Assembleia Distrital de Lisboa Rua José Estevão, 137 1249-110 Lisboa	artigo 55, Secção NH1		Norte: Regueira da Horte do Fidalgo Sul: Charneca de Pancas Nasc: Estrada da Pontinha para Famões Poente: Quinta de St.º Eloy	33.613 m²